



Câmara Municipal de Alpiarça



2018

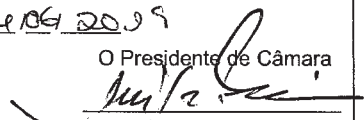
Documentos

Prestação de Contas Consolidadas

À Reunião de Câmara

14/06/2019

O Presidente de Câmara


(Mário Pereira)

Presente em Reunião de Câmara de 14/06/2019

Deliberação: APPROVADO POR UNANIMIDADE
9/2 VOTOS A FAVOR - CDU e 2
ABSTENÇÕES - PS - REJEITADO
REJEITADO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presente em assembleia Municipal de 26/06/2019

Deliberação: APPROVADO POR UNANIMIDADE
7/7 ABSTENÇÕES, 6 PS + 1 MVDA, 8 VOTA
FAVOR CDU, REJEITADO CDU e
REJEITADO PROPOSTA DA JERONIMO e
REJEITADO DA PRESENT PROPOSTA.
ANEXO ANEXO



ÍNDICE

Nota introdutória	2
Grupo a consolidar	2
Consolidação de contas	4
Balanço consolidado	5
Demonstração de resultados consolidados	7
Fluxos de caixa consolidados	8
Anexos às demonstrações financeiras	9
I – Informações referente às entidades que entram no perímetro de consolidação	9
II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	11
III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação	11
IV – Informações relativas a compromissos	13
V – Informações relativas a políticas contabilísticas	13
VI – Informações relativas a determinadas rubricas	14
VII – Informações diversas	17
VIII – Outras informações	19
Certificação legal de contas	20
Assinaturas	24

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De fato, o n.º 1 do artigo 75º estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

Por outro lado, a informação financeira das entidades que integram o perímetro da consolidação, tornou-se, com a entrada da referida lei, informação de relevância extrema para efeitos de controlo da dívida total de operações orçamentais (art.ºs. 52º e 54º), uma vez que as dívidas dessas entidades podem relevar para efeitos de apuramento do montante da dívida de cada município.

A consolidação de contas é uma técnica contabilística que visa apresentar as contas de um grupo como se de uma única entidade económica se tratasse. No processo de consolidação de contas elaboram-se as demonstrações financeiras de cada uma das entidades consideradas individualmente.

Aplicando-se ao município e às participadas sistemas contabilísticos distintos, respetivamente o POCAL e o SNC, tornou-se necessário proceder previamente a um conjunto de reclassificações nas contas das participadas de modo a tornar compatíveis os documentos a consolidar, quando aplicável o método integral.

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas consolidados e submete-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme estipulado no n.º 2 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI).

2. GRUPO A CONSOLIDAR

Com a já referida publicação da RFALEI, a AGROALPIARÇA, CIPRL é integrada no perímetro de consolidação utilizando-se o método de consolidação integral.

A participada AR-Águas do Ribatejo, EM, SA foi integrada no perímetro de consolidação pelo método de equivalência patrimonial, pelo fato do município de Alpiarça participar no respetivo capital social em mais de 5% e menos de 10%.

Entidade consolidante

Município de Alpiarça (CMA)



NIF: 501 133 097.

Rua José Relvas, 374, 2090-106 ALPIARÇA.

Natureza da atividade: Pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das respetivas populações.

Atividade desenvolvida encontra-se relatada no Relatório de Gestão aprovado pelo executivo em 23 de abril de 2019 e pela Assembleia Municipal em 27 de abril de 2019.

Entidades consolidadas

Método Integral

Agroalpiarça, CIPRL (AGRO)

NIF: 502 000 066.

Capital social – 150.000,00€.

Participação direta do município de Alpiarça no capital social – 99,87%.

Natureza da atividade – Agricultura e comércio de vinhos.

Atividade desenvolvida – O Relatório de Contas de Atividades, Conta de Gerência e anexos às Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Assembleia Geral em 22 de abril de 2019.

Método de Equivalência Patrimonial

Rubricas	Valores	Participação CMA 5,4%
Capital próprio	59 411 797,59	
Ajust./outras variações CP	41 551 988,57	
Resultado liquido	1 676 154,87	90 512,36
Capital próprio "liquido"*	16 183 654,15	873 917,32

*Ao capital próprio retiramos o valor de ajustamentos/outras variações do capital próprio, por se tratar, de acordo com o POAL, subsídios ao investimento (proveitos diferidos).

AR – Águas do Ribatejo, EM, SA

NIF: 508 345 464.

Capital social – 13.743.362,00€.

Participação direta do município de Alpiarça no capital social – 5,4%.

Natureza de atividade – Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social.

Atividade desenvolvida – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Concelho de Administração no dia 28 de março de 2019.

3. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas aprovadas pela empresa AR – Águas do Ribatejo, EM, SA, foram objeto de certificação pela entidade Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Os documentos consolidados que se apresentam são:

Balanço;

Demonstração de Resultados;

Resumo dos Fluxos de Caixa;

Anexos às Demonstrações Financeiras, com divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito, como interesses minoritários.

Após a apresentação dos documentos supra citados serão anexadas as notas aos mesmos.

Balanco consolidado

ATIVO				31-dez-18		31-dez-17		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		31-dez-18		31-dez-17	
				Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido							
IMOBILIZADO									FUNDO PRÓPRIO				
Bens de Domínio Público:									Património		36 548 220,67	36 548 220,67	
									Ajustamentos de partes de capital em filiais e		385 425,50	385 425,50	
Terrenos e recursos naturais							653 970,75	0,00	653 970,75	653 970,75	Reservas de avaliação	46 872,10	52 947,91
Outras Construções e Infra-estruturas							32 205 729,67	21 800 414,32	10 405 315,35	12 061 298,59	Reservas:		
Bens de Património histórico, artístico e cultural							255 308,75	0,00	255 308,75	255 308,75	Reservas legais	265 162,52	265 162,52
Imobilizações em curso							87 964,49	0,00	87 964,49	328 522,35	Outras reservas	93 611,66	93 611,66
							33 202 973,66	21 800 414,32	11 402 559,34	13 299 100,44	Diferenças de conversão	0,00	0,00
											Doações	136 230,69	136 230,69
Imobilizações Incorpóreas:											Reservas decorrentes de transferência de ativos	182 404,61	182 404,61
Despesas de instalação							108 933,46	9 651,81	99 281,65	99 281,65	Resultados transitados	(13 921	(12 798
Despesas de investigação e de desenvolvimento							0,00	0,00	0,00	0,00	Diferenças de consolidação	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros diireitos							686,44	686,44	0,00	0,00	Resultado líquido do exercício	0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas em curso							0,00	0,00	0,00	0,00		(369 634,80)	(990 340,59)
Adiantamentos p. conta imobiliz. incorpóreas							0,00	0,00	0,00	0,00			
Diferenças de Aquisição							0,00	0,00	0,00	0,00			
							109 619,90	10 338,25	99 281,65	99 281,65	Total do Capital Próprio	23 366 341,88	23 875 330,47
Imobilizações Corpóreas:											Interesses minoritários	11,54	(81,30)
Terrenos e recursos naturais							6 386 237,10	38 775,15	6 347 461,95	7 145 272,15			
Edifícios e outras construções							19 069 847,70	3 470 488,27	15 599 359,43	16 715 040,15			
Equipamento básico							2 735 976,86	2 424 465,11	311 511,75	315 621,78			
Equipamento de transporte							1 316 464,14	1 149 389,01	167 075,13	205 756,07	PASSIVO:		
Ferramentas e utensílios							144 282,98	142 069,03	2 213,95	2 241,77	Provisões:		
Taras e vasilhame							0,00	0,00	0,00	0,00	Provisões para pensões	0,00	0,00
Equipamento administrativo							463 176,85	451 237,44	11 939,41	12 438,02	Provisões para impostos	127 754,03	0,00
Outras imobilizações corpóreas							333 009,87	320 661,22	12 348,65	18 771,84	Outras provisões	0,00	0,00
Imobilizações em curso							39 300,00	0,00	39 300,00	39 300,00		127 754,03	0,00
Adiantamentos p. conta imobiliz. corpóreas							0,00	0,00	0,00	0,00	Dividas a Terceiros-Médio e Longo Prazo		
							30 488 295,50	7 997 085,23	22 491 210,27	24 454 441,78	Dividas a instituições de crédito	4 402 057,32	4 817 155,90
											Fornecedores c/c	0,00	0,00
Investimentos Financeiros:											Outros credores	11 031,25	132 372,80
Partes de capital em empresas do grupo							2 400,80	0,00	2 400,80	2 761,41		4 413 088,57	4 949 528,70
Empréstimos a empresas do grupo							0,00	0,00	0,00	0,00	Dividas a Terceiros - Curto Prazo:		
Partes de capital em empresas associadas							0,00	0,00	0,00	0,00	Dividas a instituições de crédito	600 000,00	700 000,00
Obrigações e títulos de participação							1 162 992,18	0,00	1 162 992,18	1 182 790,12	Fornecedores c/c	1 432 758,57	1 174 880,78
Títulos e outras aplicações financeiras							1 595 934,36	0,00	1 595 934,36	0,00	Fornecedores facturas em conferência	122 572,26	98 506,79
Adiantamentos por conta de investimentos							0,00	0,00	0,00	0,00	Fornecedores titulos a pagar	0,00	0,00
							2 761 327,34	0,00	2 761 327,34	1 185 551,53	Fornecedores de imobilizado c/c	75 721,92	167 459,36
CIRCULANTE											Adiantamento de clientes	0,00	0,00
Existências:											Estado e outros entes públicos	140 321,72	116 989,71
											Administração Autárquica	1 175,26	1 175,26
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo							189 693,32	30 632,21	159 061,11	175 105,81	Empréstimos MLP - componente C/P	404 725,41	1 159 785,39
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							32 017,25	0,00	32 017,25	34 185,85	Outros credores	350 674,79	409 985,27
Produtos acabados e intermédios							218 814,10	0,00	218 814,10	111 213,23		3 127 949,93	3 828 782,56
Mercadorias							1 347,50	0,00	1 347,50	0,00	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
Adiantamentos por conta de compras							0,00	0,00	0,00	0,00	Acréscimos de custos	456 540,04	407 139,21
Ajustamentos de existências							0,00	0,00	0,00	0,00	Proveitos diferidos	7 362 138,86	7 655 167,04
							441 872,17	30 632,21	411 239,96	320 504,89	Ajustos em contratos futuros	0,00	0,00
											Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
Dividas de Terceiros - Médio e Longo Prazo							0,00	0,00	0,00	0,00		7 818 678,90	8 062 306,25
Dividas de Terceiros - Curto Prazo:													
Empréstimos concedidos							0,00	0,00	0,00	0,00			
Clientes,contribuintes e utentes c/c							177 870,06	0,00	177 870,06	178 934,35			
Clientes cobrança duvidosa							335 209,54	335 209,54	0,00	0,00			
Estado e outros entes públicos							76,28	0,00	76,28	0,00			
Outros devedores							99 272,13	0,00	99 272,13	119 409,96			
							612 428,01	335 209,54	277 218,47	298 344,31			
Depósitos Bancários e Caixa:													
Depósitos bancários							183 256,65		183 256,65	128 691,29			
Caixa							876,00		876,00	8 897,60			
							184 132,65	0,00	184 132,65	137 588,89			
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:													
Acréscimos de proveitos							1 198 932,86	0,00	1 198 932,86	901 726,49			
Custos diferidos							27 922,31	0,00	27 922,31	19 326,70			
Activos por impostos diferidos							0,00	0,00	0,00	0,00			
							1 226 855,17	0,00	1 226 855,17	921 053,19			
Total Amortizações								29 807 837,80		0,00			
Total Provisões								365 841,75		0,00		15 487 471,43	16 840 617,51
Total do Activo							69 027 504,40	30 173 679,55	38 853 824,85	40 715 866,68	Total do Capital Próprio e do Passivo	38 853 824,85	40 715 866,68

Movimentos de consolidação – Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

Notas				
1	Anulação da participação social na AGRO	149 805,00	55	149 805,00
			51	149 805,00
2	Dívidas da CM à AGRO	3 240,93	22	3 240,93
			36	712,00
			62	2 528,93
		4 254,93	21	4 254,93
			7112	4 254,93
3	Dívidas da AGRO à CM (bens e serviços)	102 089,44	21	102 089,44
			59	102 089,44
		84 260,54	268	84 173,75
			22	86,79
			62	86,79
			59	84 173,75
4	Dívidas da AGRO à CM (Rendas)	282 807,25	218	256 620,13
			268	26 187,12
			78	26 187,12
			59	256 620,13
		282 807,25	22	282 807,25
			62	26 187,12
			59	256 620,13
		256 620,13	59	256 620,13
			291	256 620,13
5	Empréstimo da CM a AGRO (suprimentos)	194 258,47	29	194 258,47
			59	194 258,47
			25	194 258,47
6	Devedores por acréscimo de resultados	3 544,65	27	3 544,65
			71	3 544,65
7	Ajustamentos	88 691,07	411	20 158,63
			55	68 532,44
			78	88 691,07
8	Resultado Líquido (Consolidado)	357 003,67	88	-93 874,93

Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidados

CUSTOS E PERDAS	31-dez-18 (1)	31-dez-17 (2)	PROVEITOS E GANHOS	31-dez-18 (1)	31-dez-17 (2)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			Vendas:		
Mercadorias / materiais	215 973,54	199 809,82	Mercadorias	11 798,92	10 855,74
			Produtos	271 974,06	403 653,55
Fornecimentos e serviços externos	1 831 012,00	1 645 295,43	Prestações de serviços	322 493,21	304 031,68
Custos com o pessoal:			Impostos e taxas	1 541 655,86	1 135 802,55
Remunerações	2 414 448,71	2 337 559,40	Variação da produção	107 156,07	(10 424,67)
Encargos sociais:			Trabalhos para a própria empresa	0,00	0,00
Pensões	642 528,73	604 659,20	Proveitos suplementares	273 143,90	268 246,40
Outros	0,00	0,00	Subsídios à exploração	4 136 062,33	4 011 920,57
Amortizações do imob. Corpóreo, incorpóreo e bens de domínio Público	2 411 175,66	2 483 083,46	Outros proveitos e ganhos operacionais	94 940,52	87 974,65
Ajustamentos	0,00	0,00	Reversões de amortizações e ajustamentos	0,00	0,00
Provisões	42 946,23	290 333,16	(B) 6 759 224,87	6 759 224,87	6 212 060,47
Transf. e subsíd. Concedidos	309 902,90	277 634,83	Ganhos em empresas do grupo e associadas	0,00	0,00
Outros custos e perdas operacionais	33 926,01	9 341,17	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
(A) 7 901 913,78	7 901 913,78	7 847 716,47	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
Perdas em empresas do grupo e associadas	0,00	0,00	Relativas a empresas do grupo	0,00	0,00
Amortizações e ajustamentos de aplicações e invest. financeiros	0,00	0,00	Outros	0,00	0,00
Juros e custos similares:			Outros juros e proveitos similares:		
Relativos a empresas do grupo	0,00	0,00	Relativos a empresas do grupo	0,00	0,00
Outros	237 034,56	209 847,15	Outros	247 101,34	266 948,23
(C) 8 138 948,34	8 138 948,34	8 057 563,62	(D) 7 006 326,21	7 006 326,21	6 479 008,70
Custos e perdas extraordinários	169 168,74	187 509,42	Proveitos e ganhos extraordinários	932 389,39	775 961,38
(E) 8 308 117,08	8 308 117,08	8 245 073,04			
Impostos sobre o rendimento do exercício	132,57	137,17			
(G) 8 308 249,65	8 308 249,65	8 245 210,21			
Resultado Líquido atribuível Interesses Minoritários	100,75	100,46			
Resultado Líquido atribuível Accionistas	(369 634,80)	(990 340,59)			
7 938 715,60	7 938 715,60	7 254 970,08	(F) 7 938 715,60	7 938 715,60	7 254 970,08
			Resultados Operacionais	(B)-(A) (1 142 688,91)	(1 635 656,00)
			Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A) 10 066,78	57 101,08
			Resultados Correntes	(D)-(C) (1 132 622,13)	(1 578 554,92)
			Resultados Antes de Impostos	(F)-(E) (369 401,48)	(990 102,96)
			Resultado líquido do Exercício antes IM	(F)-(G) (369 534,05)	(990 240,13)
			Resultado líquido do Exercício	(369 634,80)	(990 340,59)

Movimentos de consolidação – Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

Notas		
1 Dívidas da CM à AGRO	62	2 528,93
	7112	4 254,93
2 Dívidas da AGRO à CM (bens e serviços)	62	86,79

3	Dívidas da AGRO à CM (Rendas)	78	26 187,12
		62	26 187,12
4	Devedores por acréscimo de resultados	71	3 544,65
5	Ajustamentos	78	88 691,07

Fluxos de caixa consolidados

Recebimentos	Município de Alpiarça		Agroalpiarça		Total agregado		Eliminação recíprocas	Total consolidado	
Saldo da gerência anterior		85 412,72		52 176,17		137 588,89			137 588,89
Execução orçamental	12 546,94		52 176,17		64 723,11			64 723,11	
Operações de tesouraria	72 865,78		0,00		72 865,78			72 865,78	
Total das receitas orçamentais		7 512 801,05		386 449,14		7 899 250,19			7 797 781,15
Receitas correntes		6 252 051,22		380 004,81		6 632 056,03	-101 469,04		6 530 586,99
Receitas de capital		1 250 550,24		6 444,33		1 256 994,57			1 256 994,57
Receitas outras		10 199,59		0,00		10 199,59			10 199,59
Operações de tesouraria		525 209,28		0,00		525 209,28			525 209,28
Total ---		8 123 423,05		438 625,31		8 562 048,36			8 460 579,32
Pagamentos									
Total das despesas orçamentais		7 422 196,21		422 809,56		7 845 005,77			7 743 536,73
Despesas correntes		5 082 788,52		380 018,37		5 462 806,89	-101 469,04		5 361 337,85
Despesas de capital		2 339 407,69		42 791,19		2 382 198,88			2 382 198,88
Operações de tesouraria		532 909,94		0,00		532 909,94			532 909,94
Saldo para gerência seguinte		168 316,90		15 815,75		184 132,65			184 132,65
Execução orçamental	103 151,78		15 815,75		118 967,53			118 967,53	
Operações de tesouraria	65 165,12		0,00		65 165,12			65 165,12	
Total ---									

Movimentos de consolidação – Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

Município de Alpiarça				Agroalpiarça			
Receitas Correntes	6 252 051,22	50 734,52	6 201 316,70				Faturação paga pela AGRO à CM
Despesas correntes				380 018,37	50 734,52	329 283,85	
Despesas correntes	5 082 788,52	50 734,52	5 032 054,00				Faturação paga pela CM à AGRO
Receitas Correntes				380 004,81	50 734,52	329 270,29	

Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Alpiarça

I – Informação referente às entidades que entram no perímetro de consolidação

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação (Método Integral)

De acordo com o estabelecido com o art.º 75º da RFALEI, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado ponderados todos esses fatores, concluiu-se que o perímetro de consolidação engloba o Município de Alpiarça e a Agroalpiarça, CIPRL, cujo capital é detido em 99,87% pela CMA.

Entidade	Sede social	% Capital detido	Principal atividade	Método consolidação
Agroalpiarça, CIPRL	Alpiarça	99,87	Cooperativa, produção de vinhos	Integral

De acordo com o estipulado no n.º 5.3 da Portaria n.º 474/2010 de 01 de julho.

Nota 2 – Entidades excluídas da consolidação

De acordo com o artigo mencionado anteriormente, as empresas que não forem incluídas no perímetro de consolidação, são as que constam no seguinte quadro:

Entidade	Sede social	% Capital detido	Principal atividade
AMPV	Cartaxo	1,3	Afirmação da entidade histórico-cultural, patrimonial, económico-social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade.
ANPC	Coimbra	0,28	Defesa, promoção e dignificação do poder local.
APMCH	Lamego	0,52	Promoção, reabilitação e revitalização dos centros históricos.
CIMLT	Santarém	5,8	Artigo 2º dos estatutos da CIMLT publicados no diário da Republica, 2ª série-n.º 6 – o janeiro de 2014.
RESIURB	Almeirim	9,91	Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.
Tagusgás, SA	Cartaxo	0,01	Exploração da rede de distribuição de gás natural.

Relativamente a estas entidades não se verificam os requisitos para se incluírem na consolidação de contas.

As associações de municípios e a comunidade intermunicipal em que o município participa são consideradas entidades consolidantes, não integrarão o perímetro de consolidação.

Nota 3 – Entidades associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Entidade	Sede social	% Capital detido	Principal atividade
AR Águas do Ribatejo, EM, SA	Salvaterra de Magos	5,4	Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para o consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social.

De realçar que a empresa LT-Sociedade de reabilitação Urbana, EM, foi dissolvida com liquidação em 23-02-2017.

Nota 4 – Entidades associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Não aplicável.

Nota 5 – Entidades objeto de consolidação proporcional

Não aplicável.

Nota 6 – Outras participações não consolidadas e não incluídas nas notas 1 a 4

Não aplicável.

Nota 7 – Número médio de colaboradores ao serviço

O número total de colaboradores ao serviço do grupo Município de Alpiarça, no exercício de 2018, foi de 177, assim distribuído:

Entidade	Ano	Número de colaboradores
Município de Alpiarça (balanço social)	2018	170
Agroalpiarça, CIPRL	2018	7

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 8 – Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Como até à presente data ainda não foram publicadas as normas de consolidação de contas em POCAL prevista nos planos setoriais nem uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o setor público administrativo foram observados os princípios de consolidação de contas estipulados na Portaria n.º 474/2010, de 01 de julho, com a aprovação da Orientação 1/2010, assim como normas e instruções definidas no SATAPOCAL.

Nota 9 – Afastamento das normas de consolidação para se obter uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Nota 10 – Diferenças de consolidação

Método de cálculo das diferenças de consolidação

Considerando que o método de consolidação utilizado é o integral, adotou-se o previsto na norma contabilística e de relato financeiro NCRF-15 – investimentos em subsidiárias e consolidação, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsetor.

De referir que esta norma para efeitos de eliminações de investimentos financeiros e apuramento das diferenças de consolidação remete para a NCRF – 14 – Concentrações de atividades empresariais, devidamente adaptada.

Nota 11 – derrogação às regras gerais de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Não aplicável.

Nota 12 – Eliminações não efetuadas por serem materialmente irrelevantes

Não aplicável.

Nota 13 – Demonstrações financeiras integradas na consolidação elaboradas em data diferente das da entidade mãe e acontecimentos importantes ocorridos entre a data dos balanços das entidades incluídas na consolidação e balanço consolidado.

Não aplicável.

Nota 14 – Comparabilidade e alterações no perímetro de consolidação

No ano de 2017 a empresa LT-Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, foi dissolvida com liquidação, de acordo com a deliberação da sua Assembleia Geral de 23-02-2017.

Nota 15 – Utilização de critérios valorimétricos diferente dos utilizados nas demonstrações financeiras individuais

A entidade Agroalpiarça, CIPRL, utiliza como sistema contabilístico o SNC, o que faz com que os critérios valorimétricos, em alguns casos, sejam diferentes, no entanto não foram feitos os ajustamentos em causa, devido aos valores não serem considerados relevantes.

Nota 16 – Ajustamentos excecionais efetuados com fins fiscais

Não aplicável.

Nota 17 – Amortizações das diferenças de consolidação para além de cinco anos

Não aplicável.

Nota 18 – Contabilização das participações em associadas

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas pelo valor de aquisição.

Nota 19 – Discriminação das diferenças de aquisição pelo método de equivalência patrimonial quando não refletidas no balanço consolidado

Não aplicável.

Nota 20 – Critérios valorimétricos das associadas diferentes dos utilizados na consolidação

A entidade Agroalpiarça, CIPRL, utiliza como sistema contabilístico o SNC, o que faz com que os critérios valorimétricos, em alguns casos, sejam diferentes, no entanto não foram feitos os ajustamentos em causa, devido aos valores não serem considerados relevantes.

IV – Informações relativas a compromissos

V – Informações relativas a políticas contabilísticas

Nota 21 – Critérios de valorimetria

Imobilizado

Os ativos imobilizados, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, são valorizados ao custo de aquisição.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas previstas no CIBE.

A entidade Agroalpiarça, CIPRL, utiliza o SNC, o que faz com que os critérios valorimétricos sejam diferentes, no entanto não foram feitos os ajustamentos em causa, devido aos valores não serem considerados relevantes.

Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição através do sistema de inventário permanente, utilizando o custo médio ponderado, como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui também as despesas incorridas até ao armazenamento.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Quanto às dívidas de terceiros, cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressos pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados de médio e longo prazo quando têm maturidade superior a 12 meses e de curto prazo quando a sua maturidade é inferior a esse prazo.

Especialização de exercícios

Os custos e proveitos registam-se de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

Nota 22 – Cotações para conversão em moeda nacional das dívidas a pagar em moeda estrangeira

Não aplicável.

VI – Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 23 – Despesas de instalação, investigação e de desenvolvimento

Refere-se ao custo dos diferentes projetos de obras, de engenharia executados pela Autarquia.

Nota 24 – Amortizações de “trespasses” para além de 5 anos

Não aplicável.

Nota 25 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Ativo circulante	Ativo bruto	AP	Ativo liquido
Bens domínio público	33 202 973,66	21 800 414,32	11 402 559,34
Imobilizações incorpóreas	109 619,90	10 338,25	99 281,65
Imobilizações corpóreas	30 488 295,50	7 997 085,23	22 491 210,27
Investimentos financeiros	2 761 327,34	0,00	2 761 327,34
Total do ativo imobilizado	66 562 216,40	29 807 837,80	36 754 378,60

Nota 26 – Custos financeiros capitalizados no exercício

Não aplicável.

Nota 27 – Amortizações e ajustamentos extraordinários feitos exclusivamente para fins fiscais

Não aplicável.

Nota 28 – Diferenças entre os custos dos elementos do ativo circulante e respetivos preços de mercado

Não aplicável.

Nota 29 – Atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado

Não aplicável.

Nota 30 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo circulante

Ativo circulante	Ativo bruto	AP	Ativo liquido
Existências	441 872,17	30 632,21	411 239,96
Dívidas de curto prazo	612 428,01	335 209,54	277 218,47
Depósitos em inst. financeiras e caixa	184 132,65	0,00	184 132,65
Total do ativo circulante	1 238 432,83	365 841,75	872 591,08

Nota 31 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de 5 anos

Não aplicável.

Nota 32 – Dívidas a terceiros cobertos com garantias reais

Não aplicável.

Nota 33 – Diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e correspondentes quantias arrecadadas

Não aplicável.

Nota 34 – Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

A Agroalpiarça, CIPRL tem como atividade principal a Agricultura e comércio de vinhos.

Nota 35 – Efeitos no resultado consolidado de critérios valorimétricos utilizados com vista a obter vantagens fiscais

Não aplicável.

Nota 36 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

Não aplicável.

Nota 37 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes dos membros de órgãos autárquicos do Município de Alpiarça e órgãos sociais da Agroalpiarça, CIPRL totalizam, no ano de 2018, o valor de 90.491,64€.

Entidade	Valor
Município de Alpiarça	90.491,64
Agroalpiarça, CIPRL	0

Nota 38 – Adiantamentos e empréstimos concedidos aos membros dos órgãos sociais da entidade-mãe

Não aplicável.

Nota 39 – Diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros

Não aplicável.

Nota 40 – Reavaliações

Não aplicável.

Nota 41 – Comparabilidade dos exercícios

Não aplicável.

Nota 42 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
68	Financeiros	237 034,56	209 847,15	78	Financeiros	247 101,34	266 948,23
Resultados		10 066,78					

Nota 43 – Demonstração consolidada de resultados extraordinários

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
69	Extraordinários	169 168,74	187 509,42	79	Extraordinários	932 389,39	775 961,38
Resultados		763 220,65					

Nota 44 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
29	361 877,43	3 964,32	0,00	365 841,75

Nota 45 – Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos

Não aplicável.

Nota 46 – Dívidas tituladas não evidenciadas no balanço consolidado

Não aplicável.

VII – Informações diversas

Nota 47 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

Código/designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo					Eliminação movimentos recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Alpiarça	Serviço Municipalizado	Empresa Municipal	Agroalpiarça	Total		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
2312	4 279 966,53	0,00	0,00	316 349,26	4 596 315,79	-194 258,47	4 402 057,32
268	11 031,25	0,00	0,00	0,00	11 031,25	0,00	11 031,25
Total	4 290 997,78	0,00	0,00	316 349,26	4 607 347,04	-194 258,47	4 413 088,57

Notas:

2312 - 194.258,47 referente ao empréstimo concedido à Agroalpiarça (Suprimentos)

Endividamento consolidado de curto prazo

Código/designação das contas a)	Dívidas a terceiros de curto prazo					Eliminação movimentos recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Alpiarça	Serviço Municipalizado	Empresa Municipal	Agroalpiarça	Total		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
231	600 000,00	0,00	0,00	0,00	600 000,00	0,00	600 000,00
221C	1 381 381,83	0,00	0,00	337 511,71	1 718 893,54	-286 134,97	1 432 758,57
228	122 572,26	0,00	0,00	0,00	122 572,26	0,00	122 572,26
222	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
252C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
253C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
254C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
255C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2611C	75 721,92	0,00	0,00	0,00	75 721,92	0,00	75 721,92
219	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24C	130 574,72	0,00	0,00	9 747,00	140 321,72	0,00	140 321,72
264	1 175,26	0,00	0,00	0,00	1 175,26	0,00	1 175,26
23C	404 725,41	0,00	0,00	0,00	404 725,41	0,00	404 725,41
268C	322 367,97	0,00	0,00	112 480,57	434 848,54	-84 173,75	350 674,79
Total	3 038 519,37	0,00	0,00	459 739,28	3 498 258,65	-370 308,72	3 127 949,93

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo autárquico

Tipo de fluxos	Município de Alpiarça / Agroalpiarça									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6= (2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00	194 258,47				194 258,47
Relações comerciais	16 186,75	38 802,70		50 734,52	4 254,93	409 444,09	26 187,12		50 734,52	384 896,69
Participações do capital - numerário					0,00	149 258,47				149 258,47
Participações do capital - espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
Total	16 186,75	38 802,70	0,00	50 734,52	4 254,93	752 961,03	26 187,12	0,00	50 734,52	728 413,63

Nota 48 – responsabilidades contingentes (processos judiciais em curso)

Estão devidamente identificadas na prestação de contas individual do município de Alpiarça.

VIII – outras informações

O balanço consolidado evidencia a posição financeira do grupo constituído pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, permitindo conhecer a natureza e o valor dos bens e direitos que constituem o respetivo ativo, bem como o montante das obrigações existentes à data de 31 de dezembro de 2018 e que constituem o passivo do grupo. A diferença entre aqueles dois agregados representam os fundos próprios do grupo naquela data.

A demonstração de resultados pretende evidenciar a decomposição do resultado líquido do período, isto é, da respetiva análise podemos obter informação sobre a importância assumida por cada um dos componentes do resultado líquido na formação do mesmo.

O resultado líquido consolidado, em 2018, traduziu-se num resultado negativo de 369.634,80€.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Alpiarça** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2018 (que evidencia um total de 38.853.825 euros e um total de fundos próprios de 23.336.342 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 369.635 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Alpiarça em 31/12/2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com Reservas

As contas da Agroalpiarça incluída no perímetro da consolidação, não foram objeto de Certificação Legal de Contas, o que limitou a nossa análise.

No resto, a nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL.
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;





- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, 14 de junho de 2019

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda
Representada por
Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

À

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

1. Nos termos da Lei 73/2013, cabe ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de conta consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA**, referentes ao exercício findo em 31/12/2018.
2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou regularmente as funções previstas no artigo 48º da Lei 2/2007, tendo procedido às verificações que entendeu necessárias nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município. Para a execução destes trabalhos recebeu do Município toda a informação que ao mesmo solicitou.
3. Em final de exercício foram, para além das contas consolidadas e seus anexos, apreciado o relatório consolidado de gestão tendo em vista a emissão da Certificação de Contas Consolidada.

4. PARECER

Em função da análise que efetuámos aos documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** referente ao exercício findo em 31/12/2018, e depois de tidas tendo em conta as Reservas incluídas na Certificação de Contas Consolidada que aqui se dá como reproduzida, somos de opinião que os referidos documentos se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação de contas legalmente aplicados a este setor.

5. Por fim queremos agradecer ao Município e aos seus serviços toda a colaboração que nos prestaram para o desempenho das nossas funções.

Marinha Grande, 14 de junho de 2019

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques-ROC nº 620

